

A revolução de 1848

1ª Parte

Texto de 1986

Data	Dezembro de 2018
Autor	Robin Goodfellow
Versão	V 1.0

SUMÁRIO.....2

APRESENTAÇÃO3

1. INTRODUÇÃO4

2. A NATUREZA DO PROGRAMA COMUNISTA..... 12

3. O SURGIMENTO DO PROGRAMA COMUNISTA 17

4. A NATUREZA DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA.....22

Apresentação

O presente texto – a primeira parte da *Revolução de 1848* - é o quarto da reedição de parte da série *Breve histórico do movimento da classe proletária na área euro-norte-americana*, publicada originalmente em língua francesa em vários números de nossa revista *Communisme ou Civilisation* entre 1984 e 1994 (extinta em 1998, dando lugar ao nascimento de Robin Goodfellow), e parcialmente em 5 números de *Comunismo ou Civilização* em língua portuguesa de 1985 a 1991.¹

Nessa reedição, fizemos uma revisão dos textos corrigindo falhas tipográficas, omissões e ajustes nas citações e na tradução original para o português do texto em francês, etc., sem introduzir qualquer formulação adicional e distinta do texto original. Em uma ou outra ocasião que julgamos mais relevantes, introduzimos notas de rodapé com observações críticas a algumas posições da época herdadas da ultra-esquerda das quais ainda estávamos prisioneiros.

A série de textos abrange o período de 1830 (com os utopistas) a 1889 (com os primórdios da IIª Internacional). O objetivo dessa reedição é duplo: de um lado, difundir em língua portuguesa textos que ficaram originalmente circunscritos a uma publicação de tiragem extremamente restrita, distribuída à época como produto de um trabalho militante; e de outro, fornecer sob uma forma sintética (embora nem sempre curta) uma recordação histórica útil, que pode servir para a formação e a informação de militantes.

O proletariado não pode dispensar o conhecimento de sua própria história como arma na sua luta contra a sociedade capitalista. Os textos procuram mostrar como o proletariado forjou o programa comunista através de suas lutas e também como tirar do passado elementos que permitirão enfrentar com mais segurança e firmeza o futuro. Isso porque, debruçar-se sobre sua própria história só tem sentido se se trata de utilizá-la para reforçar sua posição frente ao presente e ao futuro. O proletariado não examina seu passado para colecionar fatos e datas, mas defende intransigentemente seu programa tirando as lições de suas vitórias e derrotas, a fim de reforçar e de confirmar cada vez mais sua capacidade de ação revolucionária e de voltar ao assalto das cidadelas do capital munido de todas as suas armas, por mais de uma vez banhadas de sangue nos combates passados.

Robin Goodfellow – 2018

¹ Os detalhes da trajetória de nossa revista, tanto em francês como em português, assim como de nossa trajetória política, podem ser encontrados no texto *Quem é Robin Goodfellow?* em nosso site www.robingoodfellow.info ou neste blog (postagem em Janeiro de 2016).

1. Introdução

O ano de 1848 constitui para a tradição revolucionária um desses “nós históricos” onde numerosos eventos combinam-se de modo a criar uma situação decisiva, cujos ensinamentos e lições são de fundamental importância para o proletariado de todos os tempos e todos os países.

Se pudermos falar DA revolução de 1848 – pois tem-se uma única dinâmica revolucionária mundial, na qual cada batalha repercute sobre o conjunto do movimento – esse movimento é ao mesmo tempo composto de revoluções cujas características são particulares. O ano de 1848 contém, portanto, todas as amostras das fases revolucionárias possíveis no capitalismo desenvolvido. É assim que a teoria precisou confrontar-se não apenas com a revolução comunista pura, mas ainda com os fenômenos da revolução burguesa e de seu eventual transcrescimento em revolução proletária, através da revolução permanente (no sentido de Marx: revolução dupla). Durante 1848 o proletariado colocou à prova toda sua teoria e esta soube demonstrar sua validade tanto na revolução como na contrarrevolução. É o que nos leva a afirmar que a contrarrevolução ensina e que o comunismo não é apenas uma teoria da revolução, mas também uma teoria da contrarrevolução. Por isso, os ensinamentos de 1848 foram cruciais na perspectiva da revolução dupla, notadamente na Rússia, e permitiram enfrentar episódios posteriores de revolução e contrarrevolução, inclusive quando não se tratava de revolução proletária (China em 1949, por exemplo).

Por conseguinte, nem o triunfo do proletariado na Rússia em outubro de 1917 na esteira da revolução de fevereiro, nem a involução do processo revolucionário, nem a dinâmica internacional da revolução e da contrarrevolução, nem a vitória da contrarrevolução, nem fenômenos posteriores de revolução burguesa (China, Índia, revoluções anti-imperialistas, etc) constituíram fenômenos novos para a teoria comunista.

Em 1848, no quadro da perspectiva internacional (perspectiva que já condena a do socialismo num só país), está-se confrontado, segundo diferentes áreas geo-históricas, a uma série de revoluções, que se definem como segue:

- *Inglaterra*. Revolução comunista pura. Proletariado contra burguesia e proprietários fundiários.
- *França*. Acabamento da dominação política da burguesia. Revolução proletária.
- *Alemanha*. Revolução burguesa abrindo caminho a uma revolução proletária. Revolução permanente (revolução dupla).
- *Itália, Polónia, Hungria*, etc... Movimentos nacionais burgueses.

Veremos mais adiante, ao longo dessa Introdução, que “cenário” poderia desde já levar, em 1848, à vitória da revolução proletária.

É de 1848 também que se pode datar – com uma simbólica certidão de nascimento (cf. o capítulo 2 – *Revolução e programa comunista*) – a formação do programa comunista enquanto totalidade.

A revolução de 1848 constitui ainda o primeiro episódio da luta das classes na qual o partido comunista pode intervir na perspectiva de uma tomada do poder político pelo proletariado. Ao

mesmo tempo coloca-se, em 1848, toda a teoria do partido e da intervenção dos comunistas na luta das classes.

Dentre as lições da revolução de 1848, podemos destacar ainda:

- O fato de que o MPC conhece, em intervalos regulares, *crises* cujo caráter catastrófico leva o proletariado a insurgir-se contra as condições de vida que lhe são impostas, aproveitando-se então da desordem que se apodera da sociedade burguesa. Foi a crise de 1847 que detonou a revolução de 1848.
- O fato de que, na época do capitalismo moderno, não pode existir crise revolucionária isolada e que, para o proletariado, o único meio de vencer é aplicar o grito de guerra do Manifesto: “proletários de todos os países, uni-vos!” Em 1848, a revolução desencadeou-se como autêntica torrente, aliás como a própria contrarrevolução, fazendo com que o proletariado alemão só pudesse esperar uma vitória duradoura se o mesmo acontecesse com o proletariado francês, sendo que este não podia vencer sem auxílio do proletariado inglês.
- 1848 mostra também – conforme se afirmará mais tarde na AIT – que o proletariado possui “sua própria política externa”. Em 1848, o proletariado não poderia ter vencido sem uma *guerra revolucionária* contra as potências absolutistas (Rússia e Áustria, aliadas ao imperialismo inglês), em ligação com os povos dominados (poloneses, húngaros, italianos, etc...). Hoje, a fortiori, nenhuma revolução proletária na Europa poderá economizar uma guerra contra as potências imperialistas, que não medirão esforços para arrasar o proletariado onde este tiver assumido o poder. Ou seja, a trégua Brest-Litovsk (1918) não será uma eventualidade, na perspectiva de uma revolução proletária explodindo na Europa.
- O fato de que o proletariado deva constituir-se em partido distinto e oposto a todos os outros partidos burgueses; se, em determinado momento, ele pode lutar ao lado da burguesia (quando esta ainda é revolucionária), seu ciclo histórico vai necessariamente *além*, até a revolução proletária pura.
- O fato de que a teoria comunista não seja apenas teoria da revolução mas também, teoria da contrarrevolução. “Até agora na história, a contrarrevolução sempre conduziu a uma revolução mais radical e mais sangrenta”. (Nova Gazeta Renana, 1848)
- O fato de que o proletariado constitui a única classe revolucionária da sociedade moderna, uma vez varridos os vestígios das sociedades feudais e assegurada a dominação política e social da burguesia. Em Berlim, Viena e Paris, como alguns anos antes em Londres, o proletariado encontrou-se completamente isolado frente às outras classes da sociedade que, num dado momento, voltaram-se todas contra ele, enquanto que apenas ele declarou-se pronto para garantir a realização das tarefas revolucionárias da sociedade.
- O fato de que, para transformar de modo revolucionário a sociedade, o proletariado deva apoderar-se do poder político e exercê-lo de modo “despótico” (Manifesto) contra as outras classes (ou seja: ditadura do proletariado e exercício do terror revolucionário).
- O fato de que a vitória do proletariado não poderá ser conquistada sem que se resolva, a seu favor, a questão militar. O ensinamento que se tirou da revolução de 1848 é que a insurreição é uma arte; que a estratégia militar do proletariado apoia-se na ofensiva; que ele não poderá economizar uma guerra civil, nem uma guerra revolucionária internacional.

Em 1847-1848, os comunistas possuíam uma visão clara do processo revolucionário e antecipavam seu desenvolvimento. O fato de que, em diversas ocasiões, os acontecimentos tenham ludibriado sua expectativa, não se desenvolvendo conforme o esperado, não deve levar a concluir, posteriormente, que a *revolução comunista não fosse possível desde então* naquela época. As condições de então tornavam-na uma possibilidade precária que deveria reunir, para triunfar, o mais amplo feixe de conjunturas favoráveis.

No entanto, por suas atividades de previsão, os comunistas enxergavam um possível resultado revolucionário para o movimento de 1848. Em 1847, com o desenrolar dos acontecimentos, a previsão era a seguinte:

- *Alemanha*: as condições estão maduras para a eclosão da revolução burguesa, repetição de um novo 1789, mas em condições bem mais desenvolvidas do que na França de outrora, com um proletariado capaz de levar sua própria revolução. É o que sublinha o Manifesto:

“É para a Alemanha que se volta principalmente a atenção dos comunistas, pois ela se encontra às vésperas de uma revolução burguesa, porque ela realizará esta revolução nas condições mais avançadas da civilização europeia, com um proletariado infinitamente mais desenvolvido que na Inglaterra do século XVII e na França do século XVIII e que, por conseguinte, a revolução burguesa alemã só poderá ser o prelúdio imediato de uma revolução proletária.”

No plano internacional, a revolução na Alemanha deveria romper todo o sistema reacionário da Santa Aliança e liberar todos os povos, da Itália à Hungria, que estavam sob seu jugo.

- *França*: O impasse em que se encontram a sociedade e o regime político implica uma reforma eleitoral. No entanto, esta permitirá a proclamação da república justamente quando o proletariado está forte e em plena recomposição política. O resultado no longo prazo só pode ser um antagonismo entre burguesia e proletariado, culminando numa revolução.
- *Inglaterra*: É a ponta de lança do movimento. Na esteira do movimento cartista, prevê-se que este deve conquistar dentro em breve os direitos eleitorais, o que levará o proletariado a tornar-se “a classe dirigente da Inglaterra” (Mensagem dos comunistas alemães de Bruxelas a O’Connor – 1846). Na base do formidável poder da Inglaterra capitalista desenvolvida, primeira potência industrial, comercial, marítima, etc., poderão começar a desenvolver as forças produtivas da sociedade num sentido comunista, ajudando simultaneamente o proletariado dos países menos avançados para favorecer seus desenvolvimentos.

Mas a história não se desenrolou dessa maneira, embora todas essas grandes linhas viessem a ser verificadas durante o movimento.

Inicialmente, para surpresa geral, é da França (fevereiro de 1848) que parte o movimento, sendo que a república é obtida não a partir de uma mera reforma eleitoral, mas através de uma *revolução* efetuada pelo proletariado, o qual adquiria então um peso político muito grande nesse país.

Uma vez iniciado o combate, durante todo o período 1848-1852 o essencial da previsão (que, evidentemente, passou por modificações táticas conforme o curso histórico) é o seguinte:

- *França (Paris)*. Centro político da revolução e da contrarrevolução europeia. Da vitória do proletariado parisiense (julgada ainda possível em 1849) depende a sorte da revolução na

Alemanha. No processo revolucionário que se desenrola em 1848, Paris é visto como o *centro político* do movimento.

- *Alemanha*. É o *polo dinâmico* dessa revolução. Após a vitória da revolução (mesmo burguesa) na Alemanha, tem-se a extensão da civilização capitalista para o leste, portanto, um fenômeno de alcance revolucionário. Isolados, os regimes reacionários da Rússia e da Áustria tudo farão para conservar seu poder contrarrevolucionário sobre a Europa. Para isso, se aliarão à Inglaterra tentando ressuscitar a Aliança contrarrevolucionária que tinha visado a revolução burguesa (1789). Toda tomada do poder pelo proletariado na França lhe significará a guerra por parte dessas nações, a qual se transformará imediatamente em guerra mundial. Nessa perspectiva geral, a Alemanha revolucionária deverá conduzir uma guerra de liberação contra a Rússia, quando poderá então reabilitar-se dos erros cometidos contra as revoluções do passado. O mesmo aplica-se à Inglaterra, para a qual a revolução proletária deverá significar igualmente a oportunidade de apagar seus crimes contra os povos.
- *Inglaterra*. É o palco de luta *direta* entre proletariado e burguesia. A *guerra mundial* da qual participará será a ocasião para o *partido cartista* chegar ao poder. Portanto, nesse país a palavra de ordem é derrotismo revolucionário, revolução social. A Inglaterra é o *centro econômico, reserva de forças produtivas da revolução*. Graças às suas forças produtivas desenvolvidas, pode-se começar a destruir o MPC.

Em suma:

“A liberação da Europa depende, portanto, do levante vitorioso da classe operária francesa, seja no que se refere à sublevação das nacionalidades oprimidas ou à derrocada do absolutismo feudal. Mas toda perturbação social francesa naufraga necessariamente contra a burguesia inglesa e a dominação industrial e comercial mundial da Grã-Bretanha. Toda reforma social parcial na França e no continente europeu em geral, na medida em que precisa ser definitiva, é e permanece um piedoso desejo sem consistência. E a velha Inglaterra só será derrubada por uma *guerra mundial*, a única que pode oferecer ao partido cartista, o partido operário inglês organizado, as condições de um levante vitorioso contra seus gigantescos opressores. É com os cartistas à frente do governo inglês que a revolução social passará do reino da utopia para o da realidade. Mas toda guerra europeia em que estiver a Inglaterra será uma guerra mundial, e ela ocorrerá tanto no Canadá como na Itália, nas Índias Orientais como na Prússia, na África como no Danúbio. E a guerra europeia é a primeira consequência da revolução operária vitoriosa na França. Como na época de Napoleão, a Inglaterra comandará os exércitos contrarrevolucionários, mas a própria guerra a projetará à frente do movimento revolucionário, fazendo com que ela resgate assim a falha cometida contra a revolução no século XVIII. Levante revolucionário da classe operária francesa, guerra mundial – eis o sumário do ano de 1849” (*Nova Gazeta Renana*, nº 184 de 1/01/1849)

Após 1850, quando o movimento visivelmente perdia fôlego, os comunistas não concluíam ainda pela derrota, pois esperavam uma retomada do movimento revolucionário baseando-se numa previsão do retorno de uma crise catastrófica do MPC em 1852. Este ano correspondia ao fim de um ciclo de 5 anos – 1847/52 – que era a duração aproximada do ciclo econômico até 1847. No entanto, com o desenvolvimento da submissão real do trabalho ao capital, a duração do ciclo havia mudado e a crise não ocorreu em 1852, enterrando definitivamente as esperanças de uma retomada da revolução de 1848.

Com relação a esse tipo de erro de previsão, o importante não é fixar-se no imediato, ou seja, na data, mas incorporar o erro de previsão em um balanço do período encerrado, desembocando-se numa análise dos próximos fenômenos e, portanto, num reforço da previsão.

Aliás, convém ressaltar qual era a atitude dos comunistas a partir de 1850 frente a um recuo do movimento revolucionário, o qual acreditavam ser bastante temporário.

“Após as derrotas de 1849, não compartilhávamos nem um pouco as ilusões da democracia vulgar agrupada em torno dos governos provisórios *in partibus*. Esta contava com uma vitória próxima e decisiva do povo sobre os “opressores”, entre elementos antagônicos escondidos precisamente entre esse “povo”. A democracia vulgar esperava a nova explosão da noite para o dia; desde o outono de 1850, declaramos que pelo menos a *primeira* parte do período revolucionário estava encerrada e que não havia nada a esperar até a explosão de uma nova crise econômica mundial. Por isso, fomos banidos como traidores da revolução pelos mesmos elementos que, mais tarde, quase sem exceção, assinaram a paz com Bismarck, desde que este julgasse que isso valia a pena.” (Engels – Introdução de 1895 às *Lutas de classes na França*)

Por causa dessa atitude, a “reorganização” da Liga dos Comunistas apregoada pelos ativistas em 1849-50 foi vigorosamente combatida pelo “partido-Marx” que estimava necessário fazer um primeiro balanço dos acontecimentos verificados e aproveitar a “trégua” que surgia para reforçar a teoria, a estratégia e a tática das forças revolucionárias.

O partido comunista desenvolve, portanto, uma visão mundial da revolução, cujo centro é a Inglaterra. Com efeito, é aí que o capitalismo mundial – e, portanto, a revolução e a contrarrevolução – possui um centro poderoso. Mas, enquanto primeira área na qual o MPC desenvolveu plenamente a submissão real do trabalho ao capital, a Inglaterra também é a primeira área onde o comunismo tornou-se doravante possível e, por conseguinte, poderia permitir à Europa e ao mundo inteiro abreviar os sofrimentos da travessia pelo MPC, continuando então a desenvolver as forças produtivas, mas num sentido plenamente comunista.

“Mas o país que torna nações inteiras seus proletários, que abraça o mundo todo em seus braços de gigante, que já pagou em uma ocasião os custos da restauração europeia e no seio do qual as oposições de classe já se exasperaram até atingir a forma mais pronunciada e mais cínica – a *Inglaterra* – parece ser o rochedo contra o qual chocam-se as ondas da revolução; é o país que esfomeia a nova sociedade ainda no ventre de sua mãe. A Inglaterra domina o mercado mundial. Uma perturbação na situação econômica e nacional em cada país europeu, sem a participação da Inglaterra, é uma tempestade em copo d’água. A situação da indústria e do comércio em cada país é dominada por suas relações com outras nações, é condicionada por suas relações com o mercado mundial. Mas a Inglaterra domina o mercado mundial e a burguesia domina a Inglaterra.” (Nova Gazeta Renana, no 184, 1/01/1849)

A possibilidade do comunismo em 1848: eis um dos ensinamentos categóricos desse período. Seria totalmente incorreto tirar do fracasso posterior dessa revolução uma negação desta tese.

Numerosos são os que, renunciado a toda visão dialética da história a qual pretende justamente que, em raros momentos de tensão extrema nos quais todas as contradições possíveis da sociedade moderna explodem, concentradas em curto período de tempo, existe a possibilidade de queimar etapas – acusam os comunistas (e em primeiro lugar Marx e Engels) de terem tomado

seus sonhos por realidade e até de terem renegado mais adiante a perspectiva que era sua em 1848.

No banco dos réus, conforme o método apreciado pelos acusadores da teoria revolucionária, Engels como testemunha, certamente julgado de modo mais complacente do que o austero “doutor em terror vermelho”, como diziam os adversários ingleses de Marx.

“A história nos disse que estávamos errados, nós e todos aqueles que assim pensavam. Ela nos mostrou claramente que o estágio do desenvolvimento econômico no continente estava ainda longe de ter amadurecido para colocar a supressão da produção capitalista; ela o comprovou pela revolução econômica que, desde 1848, ganhou todo o continente e que deu direito de cidadania basicamente à grande indústria na França, na Áustria, na Hungria, na Polônia e, mais recentemente na Rússia, fazendo ainda da Alemanha um país industrial de primeira ordem. Tudo isso sobre uma base capitalista, ou seja, ainda suscetível de extensão em 1848.” (Engels, Prefácio às *Lutas de Classes na França* - 1895)

Se Engels fala aqui – e em outras ocasiões – basicamente do continente, é que a perspectiva permanece válida: revolução comunista na Inglaterra, a qual destrói o centro mundial do capitalismo; revolução proletária no continente; exercício do poder político pelo proletariado, permitindo assim orientar o desenvolvimento das forças produtivas no sentido da associação e evitando os sofrimentos do desenvolvimento capitalista.

Então, onde e por que “erramos”?

Erramos ao subestimar a capacidade do continente europeu de constituir uma reserva de forças para a reação, considerando seu caráter ainda em grande parte camponês, largamente pré-burguês, economicamente atrasado, repleto de vestígios feudais e carecendo quase que totalmente de uma burguesia firme e decidida. Havia forças demais no continente europeu (inclusive a força do MPC que dispunha ainda da margem de modernização com a passagem para a fase de submissão real do trabalho ao capital²) que podiam bloquear o desenvolvimento do fenômeno revolucionário.

² (Nota de 2018) À época do texto original (1986) ainda estávamos prisioneiros da herança de uma série de posições de correntes da ultra-esquerda que designavam, e ainda continuam designando embora de maneira cada vez mais degenerada, a eclosão da guerra de 1914 e a derrocada da IIª Internacional como um ponto de ruptura entre dois períodos históricos distintos do capital, interpretado de modo não dialético como: fase ascendente/fase decadente, ou fase de concorrência/fase de monopólio, ou mesmo fase de dominação formal/fase de dominação real do capital. Essas correntes, ao justificar suas análises desse pretenso corte, viam uma mudança nos conceitos próprios do marxismo sobre as questões nacional, sindical, parlamentar e democrática. Como consequência, as posições de Marx e Engels sobre essas questões deveriam ser relativizadas ou mesmo abandonadas, uma vez que foram enunciadas na fase ascendente/de concorrência/formal.

O resultado de nossos trabalhos desenvolvidos posteriormente mostrou-nos a imbecilidade das tentativas de substituir a análise de Marx e Engels por certo ritmo da história que mostraria que suas posições defendidas à época deviam ser abandonadas. Os trabalhos nos mostraram claramente que a forma moderna do modo de produção capitalista não data de 1914, mas de 1825 com as primeiras grandes crises de superprodução e de 1735 com a revolução industrial introduzindo uma tecnologia especificamente capitalista, que está na base da subordinação real do trabalho ao capital. Consequentemente, todas as posições expressas por Marx e Engels a partir de 1848, e mantidas integralmente até suas mortes, são válidas hoje, pois dizem respeito ao modo de produção capitalista moderno (grande indústria e produção da mais-valia relativa). Em outras palavras, Marx e Engels viveram na forma moderna do modo de produção capitalista!

Em suma, apesar de nossos trabalhos partirem, desde o início, de posições teóricas distintas das demais correntes da ultra-esquerda, continuávamos engessados pela periodização resultante das análises da IIIª Internacional, em que todas determinavam um ponto de ruptura entre dois períodos distintos do capital. De fato existe em Marx uma forma de periodização do capital entre a época manufatureira e a da grande indústria, e antes desta a da oficina e a

Mas não foram justamente o espectro do comunismo e a ameaça proletária que fizeram com que a burguesia e a pequena-burguesia se jogassem nos braços da contrarrevolução, reforçando as mais reacionárias alianças que existiam então?

Se, em 1848, o problema histórico da revolução comunista estava colocado para toda a Europa, sua solução econômica e definitiva estava na Inglaterra; o lamentável fracasso do movimento revolucionário neste país e o massacre de junho de 1848 foram decisivos para o desencadear da contrarrevolução em escala internacional.

Em 28 de janeiro de 1849, a nova Gazeta Renana (n° 207) escrevia o seguinte:

“A única “conquista” que nos sobrou – não se trata de uma conquista especificamente prussiana, uma conquista de “março”, mas o resultado da revolução europeia de 1848 – é a contrarrevolução mais generalizada, mais resoluto, mais sangrenta, mais violenta, sendo ela mesma apenas uma fase da revolução europeia e, por isso mesmo, geradora de um novo choque de retorno revolucionário geral e vitorioso.”

Perante os jurados do processo de Colônia, Marx escrevia: “Talvez a vitória da revolução só seja possível uma vez ocorrida a contrarrevolução.”

Assim, o advento da contrarrevolução não constitui surpresa para a teoria revolucionária. Dialeticamente, ela é até uma prova necessária para forjar a revolução, livrá-la de suas expressões inadequadas e fazê-la ressurgir mais vigorosa, mais apta para vencer e para realizar suas tarefas históricas.

Em 1849, os comunistas pensavam que esse episódio da contrarrevolução teria curta duração e traria o rápido retorno da revolução, desta vez vitoriosa. Vimos que isso não ocorreu, o que não impede que a lição da contrarrevolução de 1848 seja válida para todas as outras contrarrevoluções.

Em 1848, a revolução comunista era possível, mas a conjunção de elementos favoráveis que poderia ter permitido sua vitória não pôde se realizar. Desde então, a revolução sempre foi derrotada (1871, 1917-1927), mesmo se as condições materiais de sua vitória mostravam-se cada vez mais desenvolvidas. Assim, se dialeticamente a revolução comunista padece de um terrível atraso histórico, tudo ocorre como se, para que fosse vitoriosa, tivesse sido necessário esperar que o modo de produção capitalista estendesse a submissão real do trabalho ao capital e praticamente todo o planeta; que o assalariado se generalizasse em todos os países que pesam no mercado mundial; que o proletariado constituísse a maioria da população ativa; que o desenvolvimento da produtividade e as crises que isso acarreta estivessem desenvolvidos a tal ponto que o proletariado não tivesse outra alternativa senão a luta pelo comunismo ou a destruição da humanidade; que o capital tivesse desenvolvido as formas da socialização de modo

cooperação simples. Na primeira o trabalho é submetido (no Livro I do capital revisto por Marx o termo exato em francês é *subordinação*) formalmente ao capital, isto é, nela o processo de trabalho é herdado de antigos modos de produção; na segunda, o trabalho é realmente submetido ao capital, como resultado do surgimento de uma tecnologia especificamente capitalista – o maquinismo –, que começa após o primeiro terço do século XVII e se estabelece no final do século XVIII e não no início do século XXI! No original em alemão Marx jamais empregou o termo “fase”, o qual foi introduzido em subtítulos adicionados na primeira tradução francesa do Capítulo Inédito do Capital sem qualquer correspondência no original em alemão, e que acabou reforçando a ruptura evocada pela ultra-esquerda. Finalmente, para sermos coerentes, a tradução dos termos empregados por Marx é: “subordinação (subsunção) formal do trabalho ao (sob o) capital” e “subordinação (subsunção) real do trabalho ao (sob o) capital”.

a facilitar a transição para a sociedade comunista; que a maioria da população estivesse concentrada nas grandes cidades; que as formas da propriedade burguesa tivessem sido em certa medida negadas, levando simultaneamente ao máximo o antagonismo entre capital e trabalho (papel do Estado, despersonalização do capital etc...); que o proletariado tivesse reforçado sua experiência histórica em combates posteriores; que a experiência do partido do proletariado o tivesse levado à necessidade de constituir um partido comunista puro³; que a teoria tivesse passado vitoriosamente pela provação, conhecendo ao mesmo tempo, no plano de sua representação (partido histórico), uma quase negação permitindo seu reaparecimento integralmente restaurada; enfim, que o MPC tivesse colocado na ordem do dia, em praticamente todo lugar, a revolução proletária pura, classista, antidemocrática, internacional, impessoal.

Assim, portanto, de 1848 até hoje, as condições de vitória da revolução comunista se reforçaram consideravelmente. Mas, ao mesmo tempo o capital, embora sofrendo contradições cada vez mais agudas, deverá, para ser abatido, encontrar no proletariado um adversário ainda mais forte na medida em que esse desenvolvimento terá sido levado ao seu limite. A luta de amanhã polarizará os antagonismos e assumirá os contornos de uma luta de morte entre dois gigantes surgidos da evolução da sociedade moderna.

Em 1848, foi como se o proletariado, para rumar ao seu alvo, dispusesse apenas da tênue corda do equilibrista; depois, ele pôde firmar o pé no chão, caminhando entre os atalhos estreitos no topo das montanhas; hoje, o percurso é mais árduo, cheio de asperezas e ele não pode contar com uma autoestrada moderna para realizá-lo.

Qualquer que seja o desenvolvimento das contradições internas do MPC, este jamais naufragará por si só sem que o proletariado, constituído em partido em escala mundial, lute para destruí-lo. E até lá, o caminho será árduo e demorado. Para ajudar-se a si próprio, o proletariado deverá reunir toda a memória de sua experiência histórica, todas as lições das revoluções e contrarrevoluções do passado, tarefa para a qual este trabalho sobre a revolução de 1848 é uma modesta contribuição.

³ (*Nota de 2018*) Outro erro que também cometíamos à época do texto original, preso como estávamos a certas posições de correntes da ultra-esquerda surgidas da Terceira Internacional no decorrer do século XX (entretanto as únicas que mantiveram viva a tradição revolucionária do proletariado, apesar de todas as suas fragilidades), foi o de pensar que de agora em diante a ruptura revolucionária devia vir de um único golpe, em favor de um movimento comunista “puro” que se ergueria imediatamente, bradando o programa revolucionário completamente reconstituído.

2. A natureza do programa comunista

Nosso movimento costuma afirmar que o programa comunista surge em bloco em 1848. Isso significa que o programa é uma totalidade, que não nasce por etapas, mas que se afirma de uma só vez, e isso numa época particular em que surgem as possibilidades materiais das soluções práticas aos problemas que a humanidade se coloca desde a dissolução das comunidades primitivas.

Esse programa não aparece enquanto obra de um homem⁴, mas como obra de uma classe. Neste sentido, ele se inscreve na linha dos grandes corpos de doutrina que se mostraram capazes de enquadrar, durante longo tempo, o movimento da humanidade e, sobretudo, de sua fração revolucionária em cada época. Vide o judaísmo, o cristianismo, ou a ideologia burguesa das Luzes e da Razão. Na medida em que condensam teoricamente todas as condições reais de uma época, isto é, de um modo de produção, tais doutrinas estão aptas a perdurar durante todo o ciclo histórico que esse modo de produção é levado a percorrer.

“Uma nova doutrina não pode aparecer a qualquer momento da história. Há certas épocas bem características – e mesmo raríssimas – em que ela pode surgir como um facho de luz ofuscante e, se este momento crucial não foi identificado e essa terrível luz não foi fixada, torna-se vão recorrer depois aos restos de vela com os quais o universitário pedante ou o combatente de pouca fé tentam iluminar seu caminho.

Para a classe proletária moderna que se formou nos primeiros países de grande desenvolvimento industrial capitalista, as trevas foram dissipadas pouco antes da metade do século passado. A doutrina integral em que acreditamos, em que devemos acreditar, encontrou naquele momento todas as condições para se formar e para descrever um curso histórico que deverá verificá-la e confirmá-la após essas lutas terríveis. Ou essa posição permanecerá válida, ou então a doutrina será reconhecida como falsa e, portanto, como vazia a afirmação marxista segundo a qual com o proletariado surgiu uma nova classe, com caráter, programa e funções revolucionários próprios. Portanto, os que substituem partes, teses e artigos essenciais do “corpus” marxista que possuímos há cerca de um século destroem sua força bem mais do que aqueles que a negam abertamente e que proclamam sua falência.

Depois do período “explosivo” em que a própria novidade da nova reivindicação a torna clara e nitidamente delineada, é possível que se tenha – e é efetivamente o que ocorreu devido à estabilização da situação – um período em que a “consciência” da classe, em vez de melhorar e de crescer, regrida e degenera. Os momentos – toda a história do marxismo o prova – em que a luta de classes volta a se acirrar são aqueles em que a teoria retorna, com memoráveis afirmações, às suas origens e à sua expressão primeira integral; basta lembrar a Comuna de Paris, a revolução bolchevique, o primeiro pós-guerra no Ocidente. O princípio da invariância histórica das doutrinas que reflete as tarefas das classes protagonistas, e também desses possantes retornos às formulações originais, aplica-se a todos os grandes períodos da história e opõe-se às fúteis hipóteses segundo as quais cada geração, cada estação da moda intelectual seriam melhores que as anteriores, assim como

⁴ Por esta razão, julgamos que o movimento comunista não deve mais batalhar pela conservação do vocábulo “marxismo”, o qual já nasceu pejorativamente das canetas adversárias do comunismo (Bakunin), depois desprezado ironicamente por Marx (“tudo que eu sei é que não sou marxista”) e Engels (“eles morderão seus próprios dedos por não haverem dado este nome”), enfim erigido como sinônimo científico de comunismo pelos marxistas vulgares. Preferimos a ele o termo milhares de vezes mais adequado de teoria (programa) comunista.

ao estúpido clichê da marcha incessante do progresso humano e outros caprichos burgueses, dos quais muito poucos que ostentam o título de marxistas estão realmente desprovidos.” (*A invariância histórica do marxismo*, Battaglia Comunista, maio de 1953)

Para expressar esse caráter flamejante da doutrina de classe que, ao jogar por breves instantes intensos clarões, consegue iluminar toda uma época histórica, a Esquerda Comunista da Itália recorreu ao conceito de “invariância histórica” da teoria comunista.⁵

Era preciso indicar com isso que o programa surge da síntese das lutas revolucionárias do proletariado como uma totalidade orgânica e que, enquanto tal, não pode ser subdividido em partes que poderiam ser abandonadas, reatualizadas ou modernizadas. Ou o programa é “verdadeiro” (isto é, real) em totalidade, ou não é. Se for verdadeiro em totalidade, ele deve perdurar durante todo o arco histórico que exige sua permanência como instrumento de luta do proletariado contra o capital, sendo que o questionamento de uma de suas partes altera definitivamente o todo. Isso porque “não se abandona sua arma ou seu instrumento em pleno esforço ou no auge da batalha para consertá-lo”: é brandindo desde o início bons instrumentos e boas armas que se vence, na paz como na guerra.” (*Idem*)

O conceito de invariância implica que o programa seja aceito na sua *totalidade* e na sua *permanência*: impossível modificar qualquer uma de suas bases sem abandonar o terreno em que está assentado.

Enquanto totalidade orgânica, isto é, viva, a teoria comunista jamais deixa de desenvolver seu objeto. A teoria faz um trabalho de previsão e, portanto, deve ser capaz de integrar os fatos

⁵ (*Nota de 2018*) Em nome da fidelidade à teoria revolucionária, Bordiga, na reunião de Milão de 7 de setembro de 1952 do Partido Comunista Internacionalista, defende a tese do caráter invariante da teoria marxista. O texto *A invariância histórica do marxismo* foi publicado em 1953 durante um período bastante sombrio, que consagra o aprofundamento da contrarrevolução mundial. Seu objetivo é o de afirmar a perenidade do marxismo contra três tipos de adversários:

- Os negadores, os adversários declarados, burgueses que defendem a validade indefinida do MPC;
- Os falsificadores, os “comunistas estalinistas”, que declaram aceitar o marxismo, mas avançam reivindicações contrárias, tanto no plano econômico como no plano político;
- Os modernizadores, os discípulos declarados que pretendem modernizar a teoria para responder seu “abandono atual” pela “maioria do proletariado”.

Um primeiro aspecto do argumento da Esquerda Comunista da Itália é que a validade do marxismo não é negociável, sobretudo com os que, pretendendo servi-la, a deformam “modernizando-a” e que são, de certa maneira, mais perigosos do que os adversários declarados. Daí a reivindicação clara e afirmativa do dogmatismo, da não discussão/negociação de princípios com quem quer que seja, assim como a recusa da “criatividade”. Além desse aspecto militante, que resulta de uma intransigência bem compreendida no modo de conduzir a luta histórica, a tese repousa em uma visão histórica do papel que desempenham os corpos de “doutrina” na história da humanidade. Seria, no entanto, caricaturar essa esquerda imaginando que ela atribui a Marx e Engels o papel de papas infalíveis de uma teoria revelada, de um mito, de uma ideologia idealista, que surgiu integralmente de um só golpe em 1847.

A invariância, portanto, não exclui a apreciação da história, quer se apoie nas análises de Marx e Engels ou nas ponderações decorrentes de eventos novos que fecham ciclos políticos particulares, quer relativize as posições políticas de Marx e Engels considerando a experiência do movimento proletário ou pontos particulares de suas análises.

Um dos grandes méritos do trabalho de Bordiga em geral e do texto sobre *A invariância histórica do marxismo* em particular é o de recordar que o pensamento e o conhecimento humano são sempre frutos de um esforço coletivo, e que o indivíduo que consegue, num determinado momento, sintetizar de maneira clara e pura as ideias de uma época não a faz por ser um gênio, mas por necessidade histórica. Ele é um produto da história e não um produtor independente de teoria ou de ideias.

Tratamos com detalhes a defesa da “invariância” do marxismo por Bordiga no quadro da defesa do marxismo em nosso texto *A natureza do marxismo*, publicado em francês em dezembro de 2012 e ainda não disponível em português. O texto acha-se em nosso site: www.robingoodfellow.info.

no corpo de doutrina, mostrando que estes não constituem novidades teóricas que ela não teria previsto. A recusa em afrontar essa realidade, em travar luta com ela para integrá-la na teoria é sinal de esclerose desta última. Se a teoria está imobilizada é que perdeu seu caráter revolucionário. Ao mesmo tempo, esse trabalho teórico só pode ser realizado na linha direta dos princípios que fundaram o programa, para reforçá-los e completá-los.

Toda a obra de Marx e Engels depois do *Manifesto do Partido Comunista* visa fundamentar teoricamente os princípios nele enunciados.

2.2.1. Se 1848 marca para nós a emergência do programa comunista é que, nesta data, pela primeira vez o movimento proletário mostrou-se capaz de, num documento sintético mas de amplo alcance, colocar as bases de toda doutrina (a qual é indissociável de seu movimento prático que explode em 1848).

De fato, o Manifesto expressa numa síntese brilhante as raízes materiais do comunismo (cap.1 – Burgueses e proletários); a importância do comunismo no movimento operário moderno (cap. 2 – Proletários e comunistas); a crítica das antigas formas do socialismo (representado pelas classes médias) e daquelas inadequadas das correntes comunistas proletárias (cap. 3 – Literatura socialista e comunista); enfim, a estratégia do comunismo na sua luta contra a sociedade burguesa (cap.4 – Posição dos comunistas frente aos diferentes partidos de oposição).

No mesmo ano é publicada a *Miséria da Filosofia*, obra que, ao mesmo tempo em que liquida o socialismo pequeno-burguês de Proudhon (*Filosofia da Miséria*), coloca as bases da crítica revolucionária do modo de produção capitalista, da *crítica da economia política*.

O que será mais tarde *O Capital* senão a grandiosa tentativa de demonstrar, mergulhando nas entranhas da sociedade burguesa, a impiedosa condenação pronunciada do Manifesto?

“As armas que a burguesia empregou para derrubar o feudalismo voltam-se agora contra ela mesma. Mas a burguesia não forjou apenas as armas que lhe trarão a morte; ela também gerou os homens que manejarão essas armas, os trabalhadores modernos, os *proletários*.”

É por isso que é preciso ter o olhar morto daquele que se entregou de corpo e alma ao capital para não ver que a obra prima do comunismo, aquela que analisa em detalhes o funcionamento do modo de produção capitalista, longe de ser sua biologia, constitui-se na sua *necrologia*.

Essa vasta tentativa de dissecar detalhadamente o complexo organismo da sociedade burguesa, em nome de um futuro que já está incluído nela, ultrapassa amplamente as forças de um indivíduo. É preciso considerar como um trabalho de partido, cuja realização cabe a gerações de revolucionários, a elaboração e a restauração do programa comunista em sua totalidade. A realização dessa obra pertence a todo o proletariado e só poderá ser cumprida com base na invariância do programa comunista, com o objetivo de reforçá-lo e de forjá-lo para afrontar os terríveis prazos revolucionários decisivos de amanhã.

O programa comunista é produto da luta levada pelo proletariado ao longo de seu arco histórico. Até que o proletariado surgisse como classe fundamental da sociedade, o comunismo só podia ser “mito e poesia social”, nostalgia da comunidade humana perdida. Entretanto, mesmo assim, fazia parte de grandes movimentos sociais, como a guerra dos camponeses alemães ou a primeira

revolução inglesa, em que a perda da comunidade humana (*Gemeinwesen*) e a necessidade que dela tem a espécie eram frequentemente expressas sob o manto da religião⁶.

Mas, para que o comunismo deixe de ser um sonho e se torne realidade, é preciso que se desenvolva a base material sobre a qual poderá edificar-se uma sociedade onde a exploração de classe terá desaparecido. Só o modo de produção capitalista produz enfim as condições materiais, reais, do comunismo. Simultaneamente, produz a classe que, por suas condições de vida, por seu distanciamento total da comunidade, por sua posição específica na sociedade, é capaz de encarnar esse comunismo. Muito antes de o MPC ter-se integralmente desenvolvido, e tenha levado a cabo as contradições que devem fazê-lo perecer, o proletariado e o capital entram num antagonismo prático brutal, que só pode ser resolvido pela luta de classes. É pela ação material que o proletariado se relaciona com a sociedade burguesa e é com base nessa ação que surgem as tentativas de teorizar a doutrina revolucionárias da nova classe.

Desde Babeuf, o proletariado deixa o campo das utopias religiosas e passa para o da luta política contra a sociedade burguesa que acaba de implantar-se, conseguindo formular de maneira global seus próprios objetivos: a “comunidade dos bens”, assim como os meios de alcançá-la, isto é, tomada do poder e exercício da ditadura das classes trabalhadoras. É por isso que se disse que a conjuração dos Iguais, de Babeuf (1795-96) constituiu, no curso da revolução burguesa, o “primeiro grande partido comunista atuante”.

Tal classe, novo sujeito revolucionário na história, classe de dimensões gigantescas, que iria colocar-se como tarefa a liberação efetiva e definitiva da humanidade, não podia deixar de refletir sobre as condições dessa liberação e teorizá-las. Esse esforço já pode ser notado em Babeuf, no rastro da revolução burguesa. Mas a primeira tentativa de elaborar detalhadamente um sistema comunista cabe aos utopistas. Se estes não conseguiram elaborar uma doutrina verdadeiramente materialista do comunismo, é porque não relacionavam dialeticamente a crítica da sociedade presente (da qual denunciavam os aspectos nefastos) com a previsão da sociedade futura, que permanecia para eles um simples exercício mental. Na realidade, as condições históricas não estavam suficientemente maduras para produzir outra teoria. Os utopistas foram capazes de “intuições de gênio” (Engels), mas que eram desprovidas de força material. Teóricos do comunismo num período de contrarrevolução e de fortalecimento em grande escala do MPC, os utopistas não se colocavam a questão da ação revolucionária.

Ao desenvolverem-se, as condições inerentes à sociedade capitalista iriam necessariamente colocar novos enfrentamentos entre burguesia e proletariado, numa dimensão cada vez maior e de forma cada vez mais nítida. É durante a fase de preparação (1830-1847) a um desses assaltos que se abre para o proletariado a necessidade cada vez mais vital de forjar um corpo de doutrina que unifica, ao mesmo tempo em que as ultrapassa, todas as experiências do passado, servindo-lhe de arma de combate para enquadrar as futuras batalhas.

A partir dos anos 1830, desenvolve-se intensa atividade nos círculos revolucionários do proletariado internacional. Na França, redescobre-se Babeuf e Buonarroti, cuja experiência também é reivindicada pelos cartistas ingleses. Do mesmo modo, os alemães ligam-se ao proletariado de Paris e da Inglaterra. Na década de 1840, os operários mais conscientes de cada país procuram aproximar-se dos teóricos socialistas que expressam mais nitidamente o que está em jogo na grande luta histórica então em curso. Com a Liga dos Comunistas, o proletariado dota-se de uma organização comunista, órgão de luta ao mesmo tempo teórico e prático.

⁶ (Nota de 2018) Conferir o primeiro fascículo desta série: *Os utopistas, precursores da crítica socialista (1815-1830)*.

Neste episódio, verifica-se a fusão entre os dois movimentos: o teórico e o prático. Os operários dos três países procuram superar os limites de suas respectivas experiências e beneficiar-se reciprocamente dos ensinamentos de suas lutas; do mesmo modo, o movimento de crítica teórica deve partir dessa experiência para fundir num todo a crítica da filosofia alemã, do socialismo francês e da economia política inglesa. Todos os textos ditos de “juventude” de Marx e Engels: *Crítica do Direito Hegeliano*, *Manuscritos de 1844*, *Crítica da Economia Política* (Engels, 1843), *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, *A Sagrada Família*, *A Ideologia Alemã*, etc., testemunham essa necessidade, assim como a aspiração de forjar uma teoria revolucionária unitária capaz de dar conta simultaneamente da experiência prática do proletariado e da crítica teórica, tanto das expressões da classe inimiga, como daquelas mistificadas que tinham conduzido a luta do proletariado até então.

Produto da luta de classes, o programa comunista é necessariamente fruto da experiência teórica e prática encontrada pela classe proletária nos três países em que desenvolvia sua atividade até 1848. É justamente estudando o movimento em cada país que é possível observar que a ruptura do proletariado com a sociedade burguesa não se dá abstratamente, mas, ao contrário, é muito concreta e parte dos antagonismos práticos vividos pelo proletariado em função do desenvolvimento histórico específico dos países em que se encontra mergulhado. Todo o estudo do movimento operário, do fenômeno revolucionário nas três nações, do qual podemos apresentar algumas conclusões neste trabalho, mostra como, em cada episódio, o proletariado tende a afirmar seu ser contra uma forma específica de dominação burguesa. Os pontos de partida são diferentes, as trajetórias são diferentes, mas os resultados convergem definitivamente para uma só e mesma afirmação do comunismo. O programa comunista realizará a síntese dos resultados aos quais chegaram essas lutas, cada uma por seu lado, e dessas experiências revolucionárias do proletariado que já cumpriram em parte, praticamente e também teoricamente a demolição do pensamento econômico, político e filosófico da burguesia.

3. O surgimento do programa comunista

O surgimento do programa comunista, em plena metade do século XIX, atesta o desenvolvimento do comunismo no próprio interior da sociedade burguesa. Toda teoria, toda doutrina é assim produto de determinadas condições materiais.

“Que demonstra a história das ideias, senão que a produção intelectual se transforma com a produção material? As ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias da classe dominante. Fala-se de ideias que revolucionam toda uma sociedade: isso significa apenas enunciar que, no seio da antiga sociedade, formaram-se elementos de uma nova sociedade e que o desaparecimento das velhas ideias acompanha a dissolução das antigas condições de existência.” (*Manifesto do Partido Comunista*)

No entanto, para dar forma a suas “ideias revolucionárias” e fazer disso uma verdadeira teoria capaz de sublevar o mundo mobilizando as massas, o proletariado deve afrontar as “antigas ideias”, as ideias burguesas, a fim de dar conta teoricamente da maneira pela qual, no terreno prático da luta de classes, ele enfrenta as antigas condições de vida da sociedade burguesa. É por isso que, em cada um dos três países-chave da luta de classes (Inglaterra, França e Alemanha), o proletariado se chocará contra uma forma particular da dominação ideológica da burguesia e deverá combater para livrar-se dos preconceitos que ela lhe inspira.

“A abolição da alienação sempre é concebida segundo a forma de alienação que é a força dominante: na Alemanha, é a consciência de si (porque a ideologia é a forma predominante da alienação); na França, é a igualdade porque a forma predominante da alienação é a política; na Inglaterra, onde predomina a forma econômica da alienação é a necessidade real, elemento prático que só se mede por si mesmo.” (Marx, *Manuscritos de 1844*)

Enquanto a afirmação positiva da burguesia, como nova classe dominante, inscrevia-se nos limites de cada nação conforme o ser da burguesia, o proletariado encontrava imediatamente o quadro nacional como um limite que devia ser transposto e do qual deveria realizar a crítica para chegar à afirmação adequada de seu ser revolucionário.

A *Inglaterra* foi o primeiro país capitalista a desenvolver-se e a criar seu mercado nacional. Sua situação insular lhe permitia dominar o comércio marítimo, concorrendo com as mais antigas nações capitalistas, como os Países Baixos ou a Espanha, que acabaram periclitando. A Inglaterra foi a primeira área a desenvolver plenamente os mecanismos da submissão real do trabalho ao capital. Dentre outras ciências, a burguesia inglesa desenvolveu a economia política que, nesse país mais do que em outros, estudou detalhadamente o funcionamento do modo de produção capitalista. Mas ao mesmo tempo, enquanto primeiro país a conhecer uma revolução burguesa, a Inglaterra assistiu ao surgimento de uma franja plebeia (camponeses expropriados, soldados) que, dado o fraco desenvolvimento das forças produtivas, expressava a necessidade da comunidade humana, mas principalmente sob a forma primitiva da reivindicação do *comunismo agrário*.

Posteriormente, com o desenvolvimento inigualável do MPC nessa área, o proletariado viu-se imediatamente confrontado à questão social, construindo pioneiramente organismos de resistência e de avanços contra o capital (sindicatos). Por seu próprio movimento, o proletariado será então levado a colocar a questão sob o ângulo político, ou seja, o direito de voto (cartismo,

nos anos 1840). No plano social e econômico (luta pela redução da jornada de trabalho e movimento cooperativo), o proletariado inglês demonstrará a falência da economia política burguesa, a superioridade da associação sobre a propriedade privada e a inelutabilidade do advento do comunismo.

A França era um país mais atrasado que a Inglaterra, pouco desenvolvido, com predomínio camponês e pequeno-burguês, indústria concentrada sobretudo nas grandes cidades e em Paris, donde seu papel em todas as explosões revolucionárias que sacudiram esse país. As lutas pela unificação do território, as tradições centralizadoras desde o século XII tinham levado esse país a desenvolver uma rica tradição política e uma teoria do Estado. Essa questão preocupou os revolucionários de 1789, tanto burgueses como proletários. A França conheceu uma revolução burguesa mais tardia do que a Inglaterra, porém mais radical e, por isso, manifestou-se no rastro desta revolução uma verdadeira corrente proletária capaz de colocar de modo bem mais claro do que sua ancestral inglesa a questão da forma social que deve suceder ao MPC: o comunismo. Tendo que assegurar a direção de sua própria revolução (“a revolução precisa ser refeita” - Babeuf), o proletariado francês afrontou diretamente questões de ordem política: revolução política, forma do poder político (ditadura do proletariado). Assim procedendo, através da *forma política* de sua ação (forma herdada do contexto burguês), ele foi levado a descobrir a amplitude da subversão que era preciso realizar: não se trata apenas de reconquistar um ser político, mas o ser social, o ser humano (*Gemeinwesen*). O movimento francês portava assim em germe a crítica da esfera política, das ilusões institucionais da burguesia. Todavia, foi forçando suas ilusões que ele pôde liquidá-las. Eis como se resume o movimento na França:

“Na França, qualquer classe do povo é *idealista política* e possui, sobretudo, o sentimento não de ser uma classe particular, mas a representante dos interesses sociais em geral. O papel de emancipadora passa, portanto, respectivamente (essa será a situação em 1848 – *Nota de RG*), num movimento dramático, às diferentes classes do movimento francês, até que permaneça com a classe que não mais realiza a liberdade social que deixa persistirem certas condições exteriores ao homem, embora estas tenham sido criadas pela sociedade humana, tendo como pressuposto a liberdade social.” (Marx, *Crítica da filosofia do direito de Hegel*)

Na Alemanha, a produção capitalista era ainda mais atrasada do que na França (a separação em relação ao Oceano Atlântico, na época a principal rota de comércio, e os entraves criados pelas devastações da Guerra dos Trinta Anos pesam contra o desenvolvimento econômico alemão). A burguesia era totalmente tímida e incapaz de desempenhar um papel revolucionário. Não podendo dedicar-se nem ao desenvolvimento econômico como a burguesia inglesa, nem às tarefas políticas que motivavam a burguesia francesa, os alemães ocuparam-se exclusivamente de teoria, desenvolvendo sistemas filosóficos extremamente elaborados. Sua posição relativa entre as nações europeias não lhes permitia nada mais do que *pensar o desenvolvimento alheio*, e a oposição que a burguesia alemã encontrava (jovens hegelianos, etc.) permanecia também apenas no plano filosófico e teórico.

No entanto, a Alemanha desempenhou um papel crucial no desenvolvimento da teoria do proletariado revolucionário. O proletariado alemão encontrava-se confrontado a um duplo desafio: suprir as carências da burguesia e cumprir sua própria revolução. Se no plano prático a burguesia alemã era tudo o que existia de mais pobre, no plano teórico ela tinha desenvolvido ao máximo *a consciência de todo o universo burguês*.

É indispensável deter-se sobre o exemplo da Alemanha, pois os problemas nela se colocaram de forma específica, justamente por causa da incapacidade da burguesia cumprir sua missão. Eis como Marx colocava o problema em 1843-44, no prefácio à *Crítica da filosofia do direito de Hegel*.

O movimento de crítica começa pela luta contra a religião, condição primeira de qualquer crítica. Mas essa religião é apenas o reflexo do mundo real. Portanto, é preciso conduzir a luta contra as causas reais da miséria, ou seja, contra o próprio mundo real.

“A crítica do céu transforma-se assim em crítica da terra, a crítica da religião em crítica do direito, a crítica da teologia em crítica da política.”

O problema é que a Alemanha não possui teoria política original, mas apenas uma cópia sob a forma da filosofia do direito. Portanto, é a crítica da filosofia do direito que deve ser levada a bom termo.

Marx acentua que não se pode contentar de criticar a realidade alemã, enquanto tal, pois ela é tão atrasada que até sua negação torna-se anacrônica. É preciso recolocar a Alemanha no seu contexto europeu. Percebe-se então que a Alemanha pré-burguesa não pode satisfazer-se com uma mera crítica anti-burguesa, revolucionária. Não se pode simplesmente reproduzir em 1843 o ponto de vista de 1789.

Tampouco se deve criticar a realidade alemã unicamente no plano teórico, na medida em que outros países já chegaram à crítica prática. É por isso que Marx afirma que embora as “condições sociais alemãs” sejam um “objeto do carrasco”, elas estão abaixo do nível da história, abaixo de qualquer crítica. Elas não precisam ser refutadas pela teoria (isso já está feito), mas aniquiladas pela prática (lição das revoluções inglesa e francesa).

“Em si e para si, essas condições sociais não são objetos *dignos* de atenção, são existências desprezíveis e desprezadas. A crítica não precisa explicar-se em relação a este objeto, porque ela é absolutamente clara em relação ao seu sujeito. Ela não mais se apresenta enquanto *objetivo próprio*, mas enquanto *meio*. Seu *pathos* essencial é a *indignação* e seu trabalho essencial é a *denúncia*.”

Não somente a Alemanha vive seu desenvolvimento com atraso, mas ela o vive no plano do pensamento. Ela ainda está por se convencer dos benefícios da economia burguesa, enquanto a incapacidade desta em dirigir as forças produtivas já se manifesta na Inglaterra e na França. O que não quer dizer que a Alemanha vive fora do mundo, fora do desenvolvimento contemporâneo, mas ela o vive no plano intelectual, no plano do pensamento (“os alemães pensaram politicamente o que os outros povos realizaram. A Alemanha foi sua consciência teórica”).

“Assim como os povos antigos viveram sua pré-história na imaginação, na *mitologia*, nós alemães vivemos nossa pós-história em pensamento, na filosofia. Somos os contemporâneos *filosóficos* do tempo presente, sem sermos seus contemporâneos *históricos*. A filosofia alemã é o *prolongamento ideal* da história alemã. Assim, quando criticamos as obras póstumas de nossa história ideal: a filosofia, em vez de criticar as obras incompletas de nossa história real, nossa crítica está no centro das questões cujo presente diz: *That is the question*. O que constitui nos povos modernos uma distorção prática em relação às condições do Estado moderno, constitui na Alemanha, onde essa ordem social ainda nem existe, uma distorção *crítica* com o reflexo filosófico dessa ordem social.”

Por conseguinte, no plano filosófico, a Alemanha está em dia. Ela desenvolveu seu ciclo moderno na filosofia e pela filosofia do direito alcançou o nível das outras nações, ou seja, um nível já submetido à crítica do proletariado, já ultrapassado historicamente.

É por isso que Marx afirma que o futuro do povo alemão não pode limitar-se nem à negação imediata da situação real de seu Estado e de seu direito (isto é, a crítica do atraso do desenvolvimento alemão), nem à realização imediata de sua situação ideal (isto é, o acabamento das relações de produção burguesas, consideradas enquanto um objetivo em si mesmas).

Em outros termos: não se trata apenas de alçar a Alemanha ao nível da Inglaterra e da França. Na realidade, o povo alemão, “ao contemplar os povos vizinhos (...) quase já sobreviveu à realização imediata de sua situação ideal.”

A Alemanha é o fantasma do mundo real. Ora, como se critica um fantasma? Negando seus pressupostos ideológicos, ou seja, negando a filosofia. Mas Marx repreende o “partido político *prático*” por efetuar essa negação apenas afastando-se pura e simplesmente da filosofia. A estes ele diz: “Vocês só poderão abolir a filosofia realizando-a”.

Inversamente, o “partido político *teórico*” acreditou que bastaria uma *crítica filosófica* das insuficiências *reais* da Alemanha, crendo que o combate crítico era o principal.

“Seu defeito pode ser assim resumido: *ele acreditava poder* realizar a filosofia sem suprimi-la”.

Ou seja, o problema que se coloca é o seguinte: não se pode, por um lado, rejeitar as exigências ideais da Alemanha, sob pretexto que a realidade demonstrou, na verdade, sua falência. Não se pode negá-las sem realizá-las. Por outro lado, não se trata de colocar como objetivo a mera realização dessas exigências.

Toda a questão aqui levantada (ainda que sob uma forma amplamente tributária da linguagem filosófica) é a da *revolução dupla* na Alemanha. Seu estado atual ainda está impregnado de feudalismo; seu estado ideal é o que ela vive na filosofia, é a sociedade burguesa. Para o proletariado, ambos são dignos de crítica, teórica e prática. De que revolução precisa a Alemanha?

“Trata-se de saber se a Alemanha chegará a uma prática à altura dos princípios, isto é, a uma *revolução* que não eleve apenas ao *nível oficial* dos povos modernos, mas à *altura humana* que será o devir próximo desses povos.

Para a Alemanha, não é a revolução *radical*, a emancipação *universalmente humana*, que é o sonho utópico; é a revolução parcial, a revolução *puramente política*, a revolução que deixa intactos os pilares do edifício.” (Marx, Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel, 1843)

A questão que se coloca para a Alemanha (e, portanto, para o proletariado alemão) é a mesma que se colocará para a Rússia: a do *salto no tempo*, por cima das etapas históricas, que Marx qualifica de “salto mortal”. O problema é, então, o de uma revolução dupla (burguesa e proletária). Mas, como se pode atingir na Alemanha o segundo momento dessa perspectiva histórica (isto é, a revolução proletária) quando o primeiro (a revolução burguesa) só foi alcançado pela burguesia alemã no plano do pensamento? Qual pode ser então a força material que permitirá ao mesmo tempo derrubar as barreiras atuais (feudais) da Alemanha e,

simultaneamente, os entraves já colocados pelo desenvolvimento capitalista? Ou seja, quem pode ser o sujeito de uma revolução social? Aqui intervém um protagonista que surge na história enquanto elemento negativo e, portanto, propulsor das futuras transformações: *o proletariado*.

“Mas se a Alemanha só acompanhou o desenvolvimento dos povos modernos com a atividade abstrata do pensamento, sem tomar parte ativa nos verdadeiros combates deste desenvolvimento, em contrapartida ela compartilhou os sofrimentos desse desenvolvimento, sem gozar de seus benefícios e de sua satisfação parcial.” (*Idem*)

Isso significa que o desenvolvimento capitalista já se verifica na Alemanha, com toda a infâmia e os sofrimentos que cria, sem contudo ter ainda suscitado a emergência do poder político adequado a este desenvolvimento. Para o proletariado, não é indiferente o fato de que o MPC leve a melhor sobre o feudalismo, mesmo na ausência de perspectivas comunistas⁷.

Ora, esses sofrimentos, que são encontrados em todos os níveis da sociedade alemã, concentram-se particularmente na camada mais baixa desta sociedade.

“Para que *a revolução de um povo e a emancipação de uma classe particular* coincidam; para que uma ordem possa ser tomada como ordem na sociedade inteira, é preciso (...) que todos os defeitos da sociedade se concentrem numa outra classe, que uma ordem determinada seja a ordem do escândalo, a personificação do limite geral, que uma esfera social particular passe pelo *crime notório* de toda a sociedade, de maneira que o fato de se liberar essa esfera apareça como a autolibertação geral.” (*Idem*)

Na Alemanha, uma tal classe não pode mais ser a burguesia e, em 1843, ainda não pode ser o proletariado. É por isso que Marx diz, no trecho que citamos tão frequentemente, que a possibilidade da emancipação alemã reside na formação “de uma classe que seja a *perda total* do homem e só possa ser reconquistada através da *completa reaquisição do homem*. A dissolução dessa sociedade enquanto estado particular é o proletariado.”

O papel do proletariado alemão está, portanto, claramente definido: agir no movimento histórico moderno de modo a trazê-lo de seu ponto de partida o mais baixo para o ponto de chegada imediato das sociedades capitalistas mais desenvolvidas: a revolução proletária. O proletariado deve cumprir tarefas que não são suas para poder colocar suas próprias tarefas históricas na ordem do dia.

Assim como a filosofia encontra no proletariado suas armas *materiais*, o proletariado encontra nela suas armas *espirituais*, e assim que o clarão do pensamento tiver penetrado profundamente neste ingênuo terreno popular, a transformação emancipadora do *alemão em homem* estará realizada.

A Alemanha que *vai ao fundo das coisas* não pode fazer a revolução sem *tudo* revolucionar de cima a baixo. A emancipação do alemão é a emancipação do homem. A *cabeça* dessa emancipação é a filosofia, seu *coração* o proletariado. A filosofia não pode se realizar sem abolir o proletariado, o proletariado não pode se abolir sem realizar a filosofia.” (*Idem*)

⁷ Fiel a essa concepção, Marx escrevia em janeiro de 1949, na Nova Gazeta Renana, quando a revolução acumulava derrotas e mais derrotas: “Mas, dizemos aos operários e aos pequeno-burgueses: mais do que retornar a uma forma social ultrapassada que, a pretexto de salvar vossas classes (operários e pequeno-burgueses – *Nota de RG*) voltará a mergulhar toda a nação na barbárie medieval, é preferível sofrer na sociedade moderna, cuja indústria cria meios materiais necessários à fundação de uma nova sociedade que vos libertará a todos.”

4. A natureza da revolução proletária

Assim, o proletariado de cada uma das três grandes nações europeias encontra à sua frente uma forma da sociedade burguesa da qual tem que efetuar a crítica. Cada um tem uma forma particular de realizar a ruptura com a sociedade burguesa existente. O exemplo alemão mostra que, contrariamente às ideias mecanicistas e materialistas vulgares, não é forçosamente o proletariado do país mais avançado que levou a crítica bom termo. Saindo da alienação conforme a forma dominante que esta assume, cada fração da classe operária europeia só pode chegar a uma crítica parcial.

Ao insistir sobre a dialética alienação/saída da alienação, Marx mostra os limites de cada uma das formas de luta, inclusive a inglesa. Essa “necessidade material, prática, que só se mede por si mesma”, é a necessidade limitada que não ganhou consciência da amplitude de sua manifestação humana. Donde o fato de que não é forçosamente o proletariado do país mais desenvolvido que chega por si mesmo, de imediato, à síntese. Ao mesmo tempo, vimos com a Alemanha que o proletariado do país menos desenvolvido pode saltar etapas e chegar a manifestar sua reivindicação do ser humano no nível mais elevado alcançado pelo movimento internacional.

“O levante silesiano *começa* precisamente onde *terminam* as insurreições operárias inglesa e francesa, com a consciência do que é a essência do proletariado. A própria ação apresenta esse caráter de *superioridade*. Não se destrói apenas as máquinas, estas rivais do operário, mas também os livros comerciais, os títulos de propriedade; e enquanto todos os outros movimentos são inicialmente dirigidos contra o patrão industrial, o inimigo visível, este movimento volta-se também contra o banqueiro, o inimigo oculto. Enfim, nenhum levante operário inglês foi conduzido com tanta galhardia, superioridade e vigor”. (Marx, *Rei da Prússia e reforma social*, 1844).

Cada fração nacional do proletariado é, portanto, levada a confrontar-se com os limites de sua própria ação. Donde, para o comunismo teórico que é o “resumo teórico das condições de liberação do proletariado” (Engels), a necessidade de efetuar uma síntese. Tal é o sentido da tese de *Invariance n° 6*⁸, da qual partimos para este trabalho.

“Assim, no curso de sua luta, o proletariado cria seu programa. A ação precede a consciência. Nos três países mais desenvolvidos da época: Inglaterra, França e Alemanha, o proletariado, através do enfrentamento em um dos três planos: econômico, político e filosófico, tinha chegado à afirmação do comunismo. A obra de Marx e Engels é unificadora. Eles ligaram entre si os diferentes aspectos do comunismo (Marx e Engels falam do partido comunista desde 1843) e lhe conferiram uma profunda sedimentação teórica: o materialismo histórico. Isso ocorreu na Alemanha pelo fato de que a dupla revolução impunha a utilização de todas as aquisições das últimas revoluções e das lições da contrarrevolução” (*Invariance n° 6, antiga série*, 1969, tese 1.1.7)

⁸ (Nota de 2018) Na segunda parte de nosso texto *Quem é Robin Goodfellow?* (2014), disponível em nosso site, sintetizamos a evolução da Esquerda Comunista da Itália desde seus primórdios, e explicamos as cisões ocorridas em seu interior, culminando com a cisão de 1966 com esta esquerda já totalmente degenerada. Dos grupamentos originados dessa cisão, somente os reunidos na revista *Invariance* – mas apenas a sua primeira série e em seus números 1 a 7 (1968-1969) –, esforçou-se para continuar na linha do reforço da teoria comunista. No entanto, *Invariance* acabou soçobrando sob o peso da contrarrevolução, degenerando-se e abandonando a teoria.

No que se refere à maneira pela qual efetuou-se essa síntese, deve-se ligar a tese acima ao seguinte trecho de *Imvariance nº 1* (1968):

“É da observação da luta do proletariado que nasce em Marx e Engels a ideia de que a solução iluminista não é a verdadeira, a real. Ao mesmo tempo, eles veem onde esta se encontra: na luta do proletariado. Eles se dão conta de que não se pode resolver teoricamente a questão da emancipação da humanidade porque o problema não foi colocado de forma prática; porque os burgueses raciocinam em nome de um homem abstrato na categoria do qual não entra o proletariado. A liberação do homem deve ser encarada no campo prático e é preciso considerar o homem real, isto é, a espécie humana. Armado dessa genial intuição, Marx vai fazer a crítica do sistema hegeliano. Ele tinha descoberto porque a dialética andava de cabeça para baixo. É com entusiasmo delirante que ele ataca o monstro (Marx é o novo Édipo que resolve os enigmas). Quando as dificuldades crescem, ele volta para o campo prático e joga a realidade na cara do velho Hegel: a existência do proletariado. Anteu moderno, Marx sempre vem buscar novas forças para combater junto ao proletariado, do qual explica a luta.

Marx era sensível a todas as lutas práticas e teóricas, conhecendo também os trabalhos de outros combatentes, como Engels, Moses Hesse, os socialistas franceses, etc...

Assim é que finalmente ocorrerá esta soma ⁹, esta integração histórica: o marxismo, teoria do proletariado, teoria da espécie humana, que surgirá com toda sua força em plena fase de irrupção do desenvolvimento da sociedade humana: a revolução de 1848, com o Manifesto do Partido Comunista.” (*Origem e função da forma partido*, 1961)

No curso de seu movimento de emancipação, o proletariado não pode limitar-se a uma simples crítica das consequências da alienação. Não pode, por exemplo, abordar apenas as formas religiosas, filosóficas ou políticas da alienação. No entanto, é a partir disso que seu movimento se inicia. Do imediato. Mas ele supera a cada vez esse imediato, para remontar a uma forma mais essencial da alienação. Essa passagem é historicamente necessária, pois é preciso esgotar as falsas soluções, as semi-respostas à questão essencial: a da alienação do ser humano. Aqui, trata-se da situação do proletariado na história em relação à burguesia, já que essas semi-respostas a essas soluções temporárias são as verdades definitivas e as soluções finais da burguesia.

O movimento de emancipação revolucionária do proletariado não é linear (primeiro, luta contra a religião, depois contra a filosofia, em seguida contra a política e finalmente contra a economia política). Para o proletariado, o problema é manifestar seu ser. É o ser revolucionário do proletariado que faz pressão e que procura manifestar-se contraditoriamente no seio da realidade capitalista. Tudo depende então da base de partida dessa manifestação, ou seja, do estado de desenvolvimento capitalista. Donde a tese sobre os três estágios da alienação, os quais correspondem a momentos mais ou menos avançados do enfrentamento entre capital e proletariado, momentos que dependem do desenvolvimento do MPC.

Ora, é estudando esses movimentos que os teóricos do proletariado se dão conta do caminho percorrido por este último. Em todos os escritos dos anos 1842-44 Marx e Engels mostram como a comunidade humana (*Gemeinwesen*) que está em jogo não é política, etc...

Donde ainda o itinerário desses teóricos que cumprem, cientificamente, o mesmo trajeto. Da filosofia – na Alemanha – à política – na França – até a economia política – na Inglaterra –, esse trajeto corresponde a uma ida rumo às condições mais maduras da produção capitalista e, ao

⁹ O termo “soma” não dá conta de toda a dialética do processo, mesmo porque o todo é superior à soma das partes.

mesmo tempo, à apreensão de seus fundamentos, a partir da qual somente um retorno à compreensão adequada das formas políticas e ideológicas será possível. A crítica estará então acabada em seus fundamentos e abarcará todas as manifestações imediatas. Eis porque a teoria é universal.

Em cada etapa desse itinerário, há também o encontro com teorias e pensadores que as expressam: Hegel, os teóricos franceses, e depois Ricardo. Mas, a cada vez, ao mesmo tempo em que se procura compreender essas que são as teses mais adiantadas que o MPC pode fornecer, em cada domínio existe a *crítica*. O proletariado deve afrontar esses gigantes e aniquilá-los para estabelecer seu próprio programa. Ele pode fazê-lo porque é ele mesmo um gigante, uma classe cujos acontecimentos de 1848 comprovaram seu porte atlético.

Eis como Marx descreveu esse processo teórico:

“O primeiro trabalho que empreendi para resolver as dúvidas que eu tinha foi revisão crítica da filosofia do direito de Hegel, tarefa da qual a introdução foi publicada nos Anais Franco-Alemães, em Paris, 1844. Minhas pesquisas constataram que as relações jurídicas – assim como as formas do Estado – não podem ser compreendidas a partir de si mesmas, nem pela pretensa evolução geral do espírito humano. Ao contrário, tiram suas raízes das condições de existência materiais das quais Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século XVIII, compreende o conjunto sob a denominação de "sociedade civil", sendo que a anatomia da sociedade civil deve ser buscada por sua vez na economia política. Eu tinha começado a estudá-la em Paris e continuei em Bruxelas, para onde eu havia emigrado depois de um mandado de expulsão do Sr. Guizot.” (Marx, *Préface à Introdução à Crítica da Economia Política*, 1859)

Tudo isso mostra a dinâmica de um processo que é uma única e mesma coisa: emergência do ser revolucionário do proletariado a partir de uma crítica sucessiva das formas da alienação. Consequentemente, a teoria é fusão, unificação de todos os elementos trazidos pelo proletariado. É o próprio proletariado que produz seu programa, o qual resume as condições de sua liberação. Caso contrário, como poderia ser revolucionária uma classe que não é portadora das soluções teóricas e práticas de que necessita a humanidade para sair do impasse em que mergulhou?

Não foi sempre que o movimento comunista soube manter uma compreensão dialética de suas próprias origens e do surgimento do programa comunista.

Na medida em que, na época considerada de “desenvolvimento pacífico” do capitalismo (1872-1914), o movimento operário perdia parte de sua combatividade revolucionária, emergiram em seu seio teorias de acomodação à sociedade burguesa, sendo que a mais acabada foi a teoria revisionista (Bernstein). E até entre os setores “ortodoxos”, que respondiam a essa ofensiva com base na fidelidade ao programa comunista, não estiveram isentos dessa perda de espírito revolucionário, o que os levou a teorizar o programa comunista como uma continuidade das ciências burguesas e não como um instrumento revolucionário para lutar contra elas. Foi sobretudo o caso de *Kautsky*, que assim definiu a atividade de Marx e Engels e a criação do programa comunista:

“É assim que criaram o socialismo científico moderno, pela fusão de tudo aquilo que o pensamento inglês, francês e alemão tinham de grande e de fértil”. (As três fontes do marxismo, 1908)

Portanto, em vez de ser o produto da *crítica* das três grandes expressões do pensamento burguês, o programa comunista seria apenas a seleção de suas melhores partes, fundidas entre si.

Kautsky confunde aqui *forma* e *conteúdo*. Nenhuma atividade humana começa do nada e qualquer pensamento liga-se a uma idéia pré-existente. A doutrina comunista não podia deixar de tomar emprestado, ao pensamento burguês que a antecede, elementos, conceitos, formas. Marx acentua (cf. carta a Weydemeyer) que não “inventou” nem classes, nem luta de classes (aliás, nem mesmo a dialética), mas entre o programa comunista e as ciências burguesas não há continuidade de *conteúdo*: o primeiro rompe com tudo que o segundo pressupõe.

“Por seu conteúdo, o socialismo moderno é antes de tudo produto da tomada de consciência, de um lado das oposições de classe que reinam na sociedade moderna entre possuidores e não-possuidores, assalariados e burgueses; de outro, da anarquia que impera na produção.

Mas, por sua forma teórica, ele surge inicialmente como uma continuação mais desenvolvida e que se pretende mais consequente, com princípios estabelecidos pelos grandes filósofos iluministas do século XVIII na França. Como toda teoria nova, teve que ligar-se inicialmente à base das ideias pré-existentes, tão profundamente quanto suas raízes mergulham nos fatos econômicos.” (Engels, *Anti-Dühring*)

Ao coagular as continuidades formais que existem entre o programa comunista e as teorias burguesas que o precederam, Kautsky produz uma concepção do programa comunista que o reduz a uma mera teoria do conhecimento, em vez de reconhecê-lo como o instrumento de transformação revolucionária da sociedade. Para Kautsky, o marxismo (o programa comunista) enquanto ciência vem fechar uma lacuna até então existente no conhecimento científico. Assim, se as ciências naturais, mesmo burguesas, já conheciam o determinismo, o mesmo não se aplicava às ciências sociais até o advento de Marx.

Kautsky considera que o programa comunista forneceu um elo complementar ao encadeamento das ciências, ligando entre si dois campos até então inacessíveis um ao outro e que não se compreendiam reciprocamente. No fundo, no que se refere às ciências, Marx teria feito algo semelhante a Darwin, descobrindo e unindo elos intermediários que formam o vasto encadeamento da evolução dos seres vivos, da célula até o homem.

“Assim, Marx não apenas transformou completamente, a ciência histórica, como ainda fechou o abismo entre as ciências naturais e as ciências psicológicas.” (*As três fontes do marxismo*)

Kautsky tem razão de acentuar que o surgimento do marxismo significa a morte da filosofia.:

“Ao mesmo tempo, ele (Marx - *Nota de RG*) fundava a unidade do saber humano, tornando então a filosofia supérflua, na medida em que ela procurava justamente substituir essa unidade. Com efeito, a filosofia era apenas uma sabedoria situada acima das outras ciências e não deduzida a partir delas, constituindo uma certa unidade de pensamento a despeito da evolução do mundo.” (*Idem*)

Na medida em que a filosofia operava a junção, a ponte entre os dois tipos de conhecimento das coisas da natureza – atividade científica, concreta – e das coisas do espírito – moral, etc. – ela deixa de ter razão assim que essa junção passa a estar cientificamente fundada sobre uma nova

base. Mas, ao proceder assim, quando afirma que a “filosofia está morta”, Kautsky só consegue abrir caminho para este outro grito: “Viva a ciência”. Isso porque é enquanto ciência que o marxismo, a seu ver, logra operar a junção e se revela superior à filosofia. Ora, se é verdade que a teoria comunista não é uma filosofia entre outras, nem mesmo a última das filosofias, ela também não é uma nova ciência que viria preencher um vazio no desenvolvimento do conhecimento humano.

Marx e Engels só utilizam os termos “ciência” e “científico” por oposição ao utopismo, para mostrar que a teoria proletária está apta para apreender a realidade em sua verdade. Mas a *ciência* propriamente dita é a forma assumida pelo *trabalho geral* (trabalho universal) da humanidade (ou seja, todas as invenções, conhecimentos, teorias, etc., acumulados ao longo das gerações) no modo de produção capitalista. A ciência é produzida pelo capital e volta-se contra o proletariado para explorá-lo. O programa comunista não é uma ciência, mas a teoria revolucionária do proletariado¹⁰.

De fato, na teoria de Kautsky (que corresponde inteiramente ao ser da Segunda Internacional, mesmo ortodoxa) subestima-se totalmente a ruptura produzida pelo proletariado. A revolução comunista será a maior subversão de toda a história da humanidade. A classe que porta em si esse projeto deve portanto produzir um programa revolucionário. Ora Kautsky insiste sempre muito mais na continuidade do que na ruptura:

- Primeiro, ao definir o marxismo como coroamento do pensamento científico burguês;
- Segundo, ao definir o programa comunista como uma “ciência proletária”;
- Finalmente – o que é a consequência lógica dessas teses – ao fazer do proletariado um objeto desprovido de consciência, desprovido de saber e que só pode dispor de uma teoria (ciência) autônoma pela mediação dos intelectuais burgueses.

¹⁰ (Nota de 2018) A relação entre marxismo e ciência requer longos desenvolvimentos, ponto que não cabia elaborar neste texto nem muito menos cabe nesta nota. Apesar de as passagens do texto original serem perfeitamente justas na crítica à concepção burguesa da ciência de Kautsky e seus consortes modernos, ainda se nota em alguns momentos ambiguidades herdadas de correntes da ultra-esquerda que, ao criticarem a “incorporação da ciência na produção”, acabam rejeitando a afirmação de que a teoria marxista é científica. Ora, Marx e Engels sempre realizaram seus trabalhos sustentados no método científico. Engels declarou que “o socialismo pode e deve ser estudado como ciência” (*Socialismo utópico e científico*, 1880). O qualificativo *científico* usado para qualificar a teoria marxista ou o socialismo, opondo-o ao utópico, não é simplesmente uma metáfora. Trata-se de uma teoria que visa descobrir a essência dos fenômenos, de um conhecimento capaz de elaborar leis, analisar suas evoluções e perturbações inscrevendo-as na história e, portanto, fazendo progredir o conhecimento humano, ao mesmo tempo em que arma o proletariado para permitir sua emancipação.

Ora, do mesmo modo em que não há uma “ciência proletária” por oposição a uma “ciência burguesa” (posição de Kautsky), não há uma ciência que paira acima da luta das classes. A ciência, assim como a produção, é uma relação social no sentido de que ela é uma relação com a natureza; ela é simultaneamente um produto social e um produto do desenvolvimento histórico geral. O termo “ciência” aparece no século XVII, designando especificamente o modo de produção do trabalho universal (os conhecimentos decorrentes do trabalho das gerações passadas que outras gerações herdaram e aperfeiçoaram) próprio à época capitalista. Logo, a ciência não é o nome genérico que designa a atividade de pesquisa da verdade, mas uma forma particular que assume o trabalho universal no quadro do modo de produção capitalista. Dessa maneira, o marxismo é uma crítica da ciência; por exemplo, a crítica marxista da “ciência econômica” – a economia política – mostra bem o que se entende por crítica da ciência.

Portanto, analisar os fenômenos segundo o marxismo não significa desenterrar certos elementos e chapar conceitos antigos sobre uma realidade moderna que teria evoluído. Essa análise coloca um desafio para mostrar e demonstrar o caráter científico do marxismo. Se este não for capaz de prover os elementos explicativos necessários, se suas previsões se mostrarem ultrapassadas, então deve ser totalmente abandonado.

Em nosso texto *A natureza do marxismo* (2012), disponível em nosso site e ainda somente na língua francesa, avançamos alguns elementos sobre essa complexa questão que embasa a natureza de nosso próprio trabalho, elementos que devem ser elaborados ulteriormente num verdadeiro trabalho de partido.

“A consciência socialista de hoje só pode surgir com base num profundo conhecimento científico. Com efeito, a ciência econômica contemporânea é uma condição da produção socialista do mesmo modo que a técnica moderna. E, apesar de toda sua vontade, o proletariado não pode criar nenhuma das duas, ambas surgem do desenvolvimento social contemporâneo. Ora, o portador da ciência não é o proletariado, mas os intelectuais burgueses. Com efeito, foi no cérebro de alguns indivíduos dessa categoria que nasceu o socialismo contemporâneo e foram eles que o comunicaram aos proletários intelectualmente mais desenvolvidos, os quais o introduziram a seguir na luta de classes do proletariado onde as condições assim o permitiam”. (*Idem*)

Tal concepção passa totalmente ao largo do problema, pois a emancipação revolucionária do proletariado não é uma questão de saber, mas uma questão de ser. Admitindo-se que certos intelectuais burgueses possam ter algum papel, este será de ligar-se ao ser revolucionário do proletariado. E se podem trazer suas qualidades para ajudar a formular o programa, não será tanto em função dos conhecimentos herdados de seu passado burguês, mas sobretudo contra estes ¹¹.

Ademais, se o proletariado situado materialmente em condições históricas revolucionárias não é capaz de forjar por si mesmo uma teoria revolucionária, e que esta emana de elementos situados em outras condições sociais ¹², então, de toda a dialética materialista restarão apenas cinzas.

Essa mesma concepção será retomada, e mesmo reforçada, por Lenin em *Que Fazer?*, na medida em que era necessário derrotar teoricamente as correntes espontaneistas na Rússia. Mas, procedendo assim, coloca-se o proletariado como um mero objeto que jamais se torna revolucionário, a não ser pela intervenção do partido, que surge então como *deus ex-machina*. Ora, o partido é o órgão dirigente do proletariado, assim como o cérebro dirige o corpo. Sem cérebro, o corpo nada pode fazer, mas não é o cérebro que permite a existência do corpo, e sem este o cérebro é inútil e morto. Caso contrário, todas as regras da dialética estão erradas.

A restauração integral do comunismo não poderá deixar de passar por uma crítica exaustiva do cientificismo. Assim como o reformismo e o revisionismo, os desvios cientificistas nascem numa época de estabilização das relações sociais capitalistas, quando as contradições revolucionárias parecem amainadas. Trata-se de expressões teóricas que subestimam a ruptura revolucionária pela qual o proletariado desgarra-se das presas da sociedade burguesa. Restaurar o programa comunista na sua integralidade, e, portanto, fazer uma crítica de suas interpretações cientificistas, é restaurar a concepção do proletariado como sujeito revolucionário que age na história quando se constitui em partido.

¹¹ O velho Engels, que vigiava de perto o jovem Kautsky nos anos 1890, afirmava que este poderia tornar-se um bom teórico comunista, desde que limpasse seu cérebro de todo o entulho aprendido na universidade!

¹² É aqui que a tese do “ponto de vista” serve para Kautsky. Se os intelectuais podem elaborar a teoria socialista é porque se colocam “do ponto de vista revolucionário do proletariado”. Ora, fica difícil perceber como Marx (ou qualquer outro intelectual burguês) pode adotar “um ponto de vista revolucionário do proletariado” se o proletariado só é revolucionário por obra... dos intelectuais burgueses! Como isso é possível, se por seu lado, o proletariado ainda não tinha produzido (porque dialeticamente ele *deve* fazê-lo) os elementos de uma doutrina revolucionária, e, portanto, não havia ainda ultrapassado a mera consciência *trade-unionista* que Kautsky lhe atribui?